



PAULO DELGADO, PT, Minas Gerais.

Considerações sobre as comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura.

Sessão de 12.05.1988 / DCD 13.05.1988, p. 1749

O SR. PAULO DELGADO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na véspera da comemoração oficial dos 100 anos da Lei Aurea, é preciso que os brasileiros levem em conta que essa lei trazia implícita que o tempo de sua validade seria exatamente de 100 anos. Isto significa que amanhã, sexta-feira, 13 de maio de 1988, voltaria a haver escravidão no Brasil se o nosso sistema de governo ainda fosse o imperial, se a família imperial portuguesa continuasse a sufocar o País com sua dominação, se a História estacionasse no tempo. No entanto, tivemos a mudança do sistema de governo, a mudança do regime político e, em virtude do avanço do sistema capitalista no Brasil, foi sendo implantado gradativamente o processo de integração traumática do negro à sociedade de classes.

Esta foi a grande transformação ocorrida um século atrás: o escravo foi desafiado para tornar-se cidadão. O trabalho compulsório, teoricamente, tornava-se livre, e o trabalho sem preço foi substituído, teoricamente, pelo remunerado. Essa transformação do trabalho escravo para o assalariado não significou, no entanto, a passagem do sistema feudal para o modelo capitalista, mas, sim, única e exclusivamente, um aperfeiçoamento nas relações de trabalho do próprio sistema capitalista implantado no Brasil. E essa contradição, que nunca evoluiu para o nível das liberdades individuais, no sentido de ser superada, tendo em vista uma sociedade substancialmente livre, ainda que sob o trabalho assalariado, é, neste 13 de maio de 1988, a maior contradição da sociedade brasileira. Isto influenciou o conjunto da cultura do povo deste País, a ponto de, no dizer do sociólogo Florestan Fernandes, nosso colega de bancada, “o povo brasileiro ter incorporado em



seu comportamento, o preconceito de não ter preconceito”. Há a idéia de que a sociedade e a cultura brancas são superiores. Tanto que temos no Brasil várias instituições que procuram proteger aqueles setores considerados marginalizados, como as fundações dos índios, dos negros, que se procura criar, a dos menores, e existem até instituições de mulheres.

Entretanto, não temos nenhuma instituição que vise à preservação da cultura branca, porque isso é feito pelo Palácio do Planalto, pelo Congresso Nacional, pelo Poder Judiciário e pelo conjunto das instituições da sociedade branca que domina o Brasil, País que não é predominantemente branco, que possui uma sociedade miscigenada, que não é modelo de democracia racial, como sociólogos do passado tentaram mostrar ao mundo e a nós próprios. Por isso, Sr. Presidente, neste momento comemora-se não a abolição da escravidão, mas, antes, a absolvição da escravatura por parte de elite branca, que não queria ver o negro liberta-se por suas próprias mãos, mas não pode evitar esta falsa liberdade que com o século vai se tornando verdadeira.

A tirania do chicote substituída pela tirania da discriminação racial, a maior das violências que pode haver entre os homens, que negros e brancos livres se dedicam a suprimir nestes cem anos que passaram. Por tudo isto, Sr. Presidente, neste momento nós, que lutamos por uma sociedade de bens democraticamente distribuídos e racialmente igualitária, temos de protestar contra 13 de Maio oficial, com o objetivo de escrever de vez neste País a abolição da escravatura e, mais do que isso, de todas as formas de tirania, que se manifesta de maneira mais perversa na tirania da discriminação de cor, porque esta vê os homens como desiguais independente da sua moral e dos objetivos pelos quais lutam. E que outra coisa nos distingue uns dos outros que não nossos objetivos? Nada, simplesmente nada.

